

Equipe comemora a vitória da negociação

Para Kandir, aprovação do projeto de conversão da MP 295 abre caminho ao entendimento político

RAUL PILATI e
JÓ GALAZI

BRASÍLIA — A equipe econômica do governo considerou uma vitória a aprovação do projeto de conversão da Medida Provisória 295, votado na quinta-feira. O secretário especial de Política Econômica, Antônio Kandir, disse ontem que o resultado foi consequência das negociações com os partidos políticos conduzidas pelo Ministério da Economia. "A votação foi uma excelente demonstração de que uma negociação feita de maneira realista, objetiva, entre o governo e os diversos partidos, pode levar a um resultado extremamente positivo", afirmou.

Além de aprovar o resultado, a equipe demonstra claramente que espera a continuidade do processo de entendimento com os políticos. "A demonstração do Congresso, junto com o governo, de que as negociações chegaram a um limite possível, nos deixa muito esperançosos", afirmou o secretário. As conversas surgiram em torno da política salarial prevista no texto original da MP 295. E as negociações podem continuar sendo conduzidas pelo Ministério da Economia. "A partir de agora temos condições objetivas para, a partir de um entendimento político, criar as condições para a efetiva estabilização da economia", afirmou Kandir.

Apesar de não citar explicitamente a possibilidade de ressuscitar os debates para um entendimento nacional reunindo empresários, trabalhadores e políticos, Kandir deixou subentendido a intenção do governo. "A Nação toda tem dado sinais, de diversas formas, para todos os seus representantes, tanto a nível sindical quanto a nível político, que na verdade a única coisa que pode fazer com que o País se torne viável é que de fato haja uma redução importante da inflação e se retorne ao entendimento", disse.

PROBLEMAS

Para o secretário-executivo do

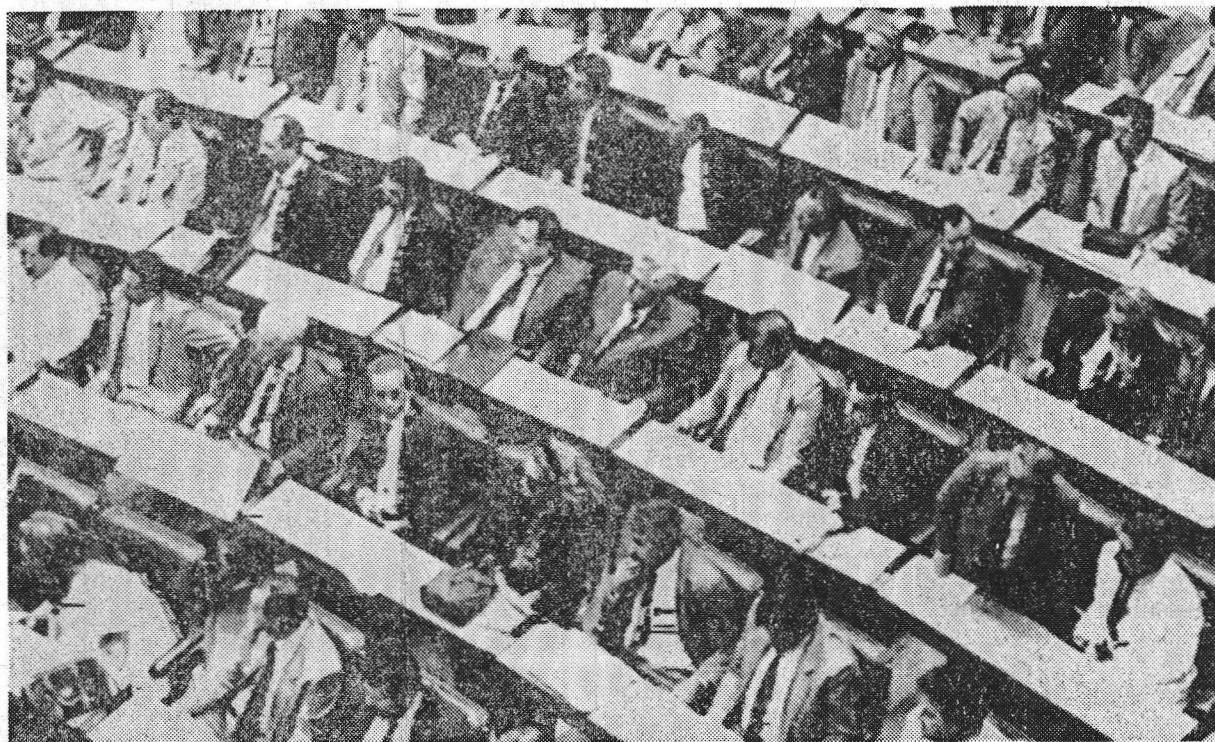
Ministério da Economia, João Maia, o Plano Collor 2 foi "referendado e aperfeiçoado pelos parlamentares". Mas ele não ficou totalmente satisfeito, pois acha que a votação criou "alguns problemas". Esses problemas, segundo Maia, serão resolvidos com vetos e projetos de lei que o governo mandará ao Congresso.

Bem-humorado, João Maia afirmou que "pela leitura dos jornais parece que o governo perdeu". Mas ele garante que o governo "saiu ganhando, porque agora o programa está aprovado pelo Congresso e as resistências a ele diminuirão". Na opinião dele, "vai ser mais fácil administrar o plano".

Segundo João Maia, o Ministério da Economia recomendará ao presidente Collor o veto de duas das decisões dos parlamentares: a que libera cruzados novos para agricultores pagarem crédito rural e a correção, pela Taxa Referencial de Juros (TR), dos recursos destinados ao Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e ao Fundo de Investimento da Amazônia (Finam). Maia explicou que os recursos desses dois fundos são originários de renúncia fiscal. "Não vamos remunerar dinheiro que nem entrou no Tesouro", explica.

O secretário disse que o governo encaminhará logo ao Congresso dois projetos de lei para corrigir decisões dos parlamentares consideradas equivocadas pela equipe. Um projeto será para restabelecer a proposta do governo de cobrança de Imposto de Renda sobre o ganho de capital existente na liquidação dos contratos do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) cobertos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), que foi derubada na votação. "Já existem parlamentares comprometidos conosco para a aprovação desse projeto", adiantou.

O outro projeto de lei propõe que também as empresas estrangeiras (como constava da Medida Provisória 294) tenham acesso aos recursos gerados pelos Títulos de Desenvolvimento Econômico (TDEs), que financiarão projetos do Programa de Fomento à Competitividade Industrial (PFCI).



José Paulo Lacerda/AE

Votação da Medida Provisória 294: aprovação graças a acordo do governo com parlamentares do PMDB e PSDB